

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PROTOCOLO N° 20680/04
DIVISÃO: Dial 28.09.04
Parecer Técnico: DIALE N° 241/2004
Processo: COPAM N° 00127/2001/002/2003

57
FL N°

MEIO AMBIENTE

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: Laticínios Santa Rosa Ltda.	CNPJ: 25.949.538/0001-78
Empreendimento: Unidade Industrial	Porte: Pequeno
Atividade: Fabricação de produtos de laticínio	
Código DN COPAM 01/90: 26.40.00	
Endereço: Fazenda do Tejuco, s/n°	
Município: São João Del Rei/MG	
Referência: Auto de Infração N° 847/2003	Infração: Grave

Resumo

O Laticínios Santa Rosa Ltda., instalado em área rural desde 1970 é uma indústria do setor alimentício com capacidade instalada de 25.000 litros de leite/dia para a fabricação de queijos minas frescal, minas padrão, prato, mussarela e ricota fresca. O recebimento atual é de 10.000 litros/dia e o quadro funcional é composto por 23 empregados, de acordo com dados da vistoria realizada às instalações do empreendimento em 9-6-2004.

A Licença de Operação foi obtida por meio do Projeto Minas Ambiente/Laticínios em 24-7-2001, mediante cumprimento de condicionantes, com validade até 24-7-2009.

Em Ofício MEMO/PRO/N° 133/2003, de 15-9-2003, assunto Projeto Minas Ambiente – Subprojeto Laticínios, o Procurador Chefe da FEAM sugeriu a lavratura de Auto de Infração aos laticínios participantes do Projeto Minas Ambiente que não cumpriram as condicionantes da Licença de Operação concedida pelo COPAM até 29-8-2003, prazo estipulado pela Comarca de Carmo do Rio Claro.

Em decorrência disso, em 26-9-2003, foi lavrado o Auto de Infração N° 847/2003 por *“descumprir condicionante formulada por Câmara Especializada do COPAM, aprovada na Licença de Operação, quanto à apresentação do projeto de tratamento de efluentes líquidos, não tendo sido constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, uma vez que não foi realizada vistoria às instalações do empreendimento”*.

Nas defesas apresentadas em 17-10-2003 e 24-10-2003, não há argumentos técnicos que descaracterize a infração cometida.

Vale ressaltar que o Laticínios Santa Rosa Ltda. apresentou o projeto da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos em 17-10-2003 e em 7-7-2004 este projeto foi liberado para implantação mediante a apresentação do certificado de outorga de direito de uso de águas públicas expedido pelo IGAM, parecer do IEF, referente à origem da lenha e projeto de utilização agrícola do lodo da ETE..

Diante do exposto, este parecer sugere a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, ouvida a Procuradoria da FEAM.

Divisão de Indústria Alimentícia - DIALE		Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias – DIRIM
Autora: Rejane Olívia A. Ferreira Consultora FUNDEP/FEAM	Gerente: Consuelo Ribeiro de Oliveira	Diretora: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti
Assinatura: <i>R. Ferreira</i> Data: <u>17/9/2004</u>	Assinatura: <i>Consuelo R. Oliveira</i> Data: <u>27/9/2004</u>	Assinatura: <i>Z. Torquetti</i> Data: <u>29/09/04</u>

Consuelo Ribeiro de Oliveira
Divisão de Indústria Alimentícia
Gerente



1. Introdução

O Laticínios Santa Rosa Ltda., instalado em área rural desde 1970 é uma indústria do setor alimentício com capacidade instalada de 25.000 litros de leite/dia para a fabricação de queijos minas frescal, minas padrão, prato, mussarela e ricota fresca. O recebimento atual é de 10.000 litros/dia e o quadro funcional é composto por 23 empregados, de acordo com dados da vistoria realizada às instalações do empreendimento em 9-6-2004.

A empresa, integrante do Projeto Minas Ambiente/Laticínios, obteve Licença de Operação em 24-7-2001, sendo que uma das condicionantes da Licença e o Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental assinado perante a FEAM/COPAM, era a apresentação do projeto da estação de tratamento de efluentes líquidos industriais e domésticos, 4 meses após a data de protocolo na FEAM do Relatório Final do CETEC. Como o CETEC protocolou o Relatório na FEAM em 30-9-2002, o prazo para apresentar o projeto seria até 30-1-2003.

Em reunião da CID, de 3-12-2002, atendendo a solicitação do SILEMG, esse prazo foi prorrogado para 25-3-2003.

Em 3-4-2003, o Juiz de Direito da Comarca de Carmo do Rio Claro concedeu uma medida liminar movida pelo Ministério Público do Estado contra a FEAM e o Estado de Minas Gerais, determinando à FEAM a suspensão da obrigação de apresentação de projetos e ou execução deles, pelo prazo de 120 dias e abstenção em executar os Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os laticinistas do Projeto Minas Ambiente.

A FEAM foi intimada da decisão em 29-4-2003, desta forma o prazo para a apresentação do projeto seria até 29-8-2003.

Em Ofício MEMO/PRO/Nº 133/2003 de 15-9-2003, assunto Projeto Minas Ambiente – Subprojeto Laticínios, o Procurador Chefe da FEAM sugeriu a lavratura de Auto de Infração aos laticínios participantes do Projeto Minas Ambiente que não cumpriram as condicionantes da Licença de Operação concedida pelo COPAM, após 29-8-2003, prazo estipulado pela Comarca de Carmo do Rio Claro.

Foi protocolado nesta Fundação, em 6-6-2003, um pedido de concessão de novo prazo para o cumprimento da condicionante referente ao projeto por 90 (noventa) dias, ou seja, até 5-9-2003. Quanto a este pedido em 1-10-2003, por meio do Ofício DIALE/Nº 139/2003, foi esclarecido que a prorrogação do prazo não caberia apreciação pela CID do COPAM, uma vez que o prazo solicitado, até 5-9-2003, já se encontrava expirado sem apresentação do projeto.

Em 26-9-2003 foi lavrado o Auto de Infração Nº 847/2003, contra a empresa por *“descumprir condicionante formulada por Câmara Especializada do COPAM, aprovada na Licença de Operação, quanto à apresentação do projeto de tratamento de efluentes líquidos, não tendo sido constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, uma vez que não foi realizada vistoria às instalações do empreendimento”*.

Este Parecer analisa as defesas a esse auto, protocoladas pela empresa em 17-10-2003 e 24-10-2003.

2. Discussão

O empreendimento, nas defesas apresentadas ao Auto de Infração N° 847/2003, solicita a descacterização do mesmo, alegando que:

- O consultor contratado não conseguiu apresentar o projeto dentro do prazo estipulado;

O prazo para apresentação do projeto foi prorrogado em duas ocasiões como supracitados anteriormente, sendo que o empreendimento teve um prazo total de aproximadamente 330 dias, deste a data de protocolo do relatório do CETEC.

- A FEAM não considerou a liminar da Justiça suspendendo a apresentação de qualquer projeto do sul de minas;

Esta liminar foi considerada, tanto que o prazo de 25-3-2003, estipulado pela CID/COPAM, foi prorrogado por 120 dias.

- O cumprimento da condicionante trata-se de uma formalidade que não representa dano ao meio ambiente.

O descumprimento da condicionante acarreta grave risco ao meio ambiente, pois a empresa lança os efluentes líquidos e sanitários diretamente em corpo d'água, sem qualquer tratamento.

Em relação a situação atual do Projeto Minas Ambiente/Laticínios, em atendimento à condicionante de licença, deve-se comentar que foram inicialmente protocolados nesta FEAM, pelos empreendimentos vinculados ao Projetos, 105 projetos de ETEs individuais (dentre eles 2 de um mesmo empreendedor e 2 de empreendimentos que ainda se encontravam aguardando o julgamento de suas licenças). Posteriormente, 3 empreendimentos alteraram a concepção dos projetos apresentados e 1, que pretendia lançar em ETE municipal, apresentou seu projeto de ETE individual.

Até 31-8-2004 havia 105 empreendimentos com projeto de ETE apresentados à FEAM, que possuem as seguintes concepções para o tratamento biológico:

- Lodos ativados aeração prolongada (59);
- Filtro anaeróbio e lodos ativados (1);
- Lodos ativados ou lagoa aerada (1)*;
- Lagoas aeradas (14);
- Lagoas (16);
- Filtro anaeróbio - disposição no solo (7);
- Filtro anaeróbio - filtro biológico (6);
- Filtro anaeróbio com bioacumulação (1).

(*) o empreendedor apresentou dois projetos, que ainda não teve liberação para implantação.

Ressalta-se que dos 124 empreendimentos licenciados (75 laticínios são independentes e 49 são cooperativas), apenas 9 deixaram de apresentar os Projetos das ETEs individuais, pois



feam

3

13 empreendimentos, em princípio, não necessitavam fazê-lo devido às seguintes situações: realocização, arquivamento de processo, lançamento em ETEs municipais ou desativação.

Todos os projetos destas ETEs encontram-se analisados pela FEAM e, por deficiências técnicas diversas, foram solicitadas informações complementares a todos eles.

Atualmente a FEAM está em fase de análise das respostas a essas informações complementares e liberação ou indeferimento destes projetos. Até 31-8-2004, foram liberados para implantação 68 projetos de ETEs, sendo que um deles já se encontrava implantado (Laticínios Condessa, localizado em Pará de Minas).

Dois empreendimentos que iriam adotar o sistema lodos ativados encontram-se desativados (Laticínios Nosso e Laticínios Renata).

Vale ressaltar que o Laticínios Santa Rosa Ltda. apresentou o projeto da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos em 17-10-2003 e em 7-7-2004 este projeto foi liberado para implantação mediante a apresentação do certificado de outorga de direito de uso de águas públicas expedido pelo IGAM, parecer do IEF, referente à origem da lenha e projeto de utilização agrícola do lodo da ETE..

Foi realizada vistoria as instalações do empreendimento em 11-6-2004, onde foi solicitada a apresentação à FEAM das ações referentes às modificações do processo produtivo e gerenciamento de resíduos sólidos, reelaboradas em forma de um relatório atualizado no prazo de 20 dias, como também a apresentação do projeto de bacia de contenção do reservatório de soro, em um prazo de 40 dias, que foi protocolado nesta Fundação em 22-9-2004.

Não há registros de outras autuações além do Auto de Infração N° 847/2003.

3. Conclusão

Pelo exposto, conclui-se que o LATICÍNIO SANTA ROSA LTDA. não apresentou argumentos que descaracterizem a infração cometida.

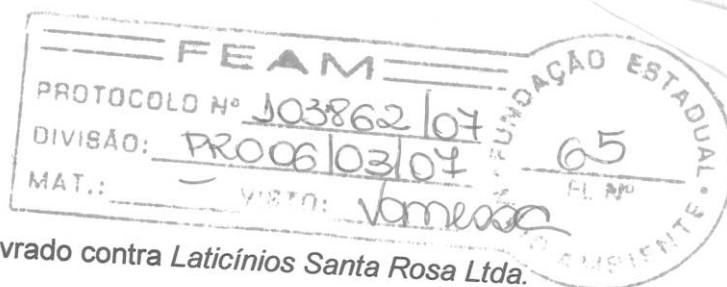
Este Parecer Técnico sugere a aplicação das penalidades cabíveis ao empreendimento, ouvida Procuradoria da FEAM.

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Processo nº: 127/2001/002/2003

Assunto: Auto de Infração nº 847/2003, lavrado contra *Laticínios Santa Rosa Ltda.*



PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

1 - A empresa em epígrafe, foi autuada como incurso no item 2, do § 2º, do artigo 19, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, pela seguinte irregularidade: "Descumprir condicionante formulada por Câmara Especializada do COPAM, aprovada na Licença de Operação, quanto à apresentação do projeto de tratamento de efluentes líquidos, não tendo sido constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, uma vez que não foi realizada vistoria às instalações do empreendimento."

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando que:

- os incisos I e III, do art. 16, do Decreto 39.424/98 não foram atendidos para a lavratura do AI;

- o cumprimento da condicionante em questão é uma formalidade que, indiscutivelmente, não representa danos ao meio ambiente;

- faz jus à aplicação da penalidade de advertência, pois não foi autuada anteriormente, não houve a constatação de dano ambiental, e a infração é de natureza grave.

3 - O Parecer Técnico de fls. 57/60 informa que não foram apresentados argumentos que descaracterizem a infração cometida.

Informa também que o descumprimento da condicionante causa grave risco ao meio ambiente, pois a empresa lança os efluentes líquidos e sanitários diretamente no corpo d'água, sem tratamento, e que o projeto da ETE foi protocolado na FEAM em 17-10-2003 e em 7-7-2004 o mesmo foi liberado para implantação mediante a apresentação da outorga do IGAM, parecer do IEF referente à origem da lenha e projeto de utilização agrícola do lodo da ETE.

Por fim, sugere a aplicação das penalidades cabíveis, ouvida a Procuradoria da FEAM.

4 - Do ponto de vista jurídico, não foram apresentadas alegações capazes de descaracterizar a infração cometida, pois o AI é perfeitamente válido. Realmente não foi realizada vistoria, não tendo sido lavrado o Auto de Fiscalização. Contudo, o mesmo não era necessário, uma vez que a infração caracterizou-se com o descumprimento do prazo para apresentação do projeto da ETE na FEAM. A partir do momento em que constatou-se que o projeto não foi apresentado no prazo fixado, o AI foi lavrado.

Quanto ao descumprimento da condicionante não causar danos ao meio ambiente, a infração foi tida como grave pelo fato de não ter sido constatada a presença de poluição, uma vez que não houve vistoria no local. Além disso, o Parecer Técnico

informa que os efluentes líquidos são lançados *in natura* no corpo receptor. Ou seja, há sim a presença de poluição ambiental, não podendo a empresa fazer jus à penalidade de advertência.

A empresa é de porte médio e classe 3 nos termos da DN COPAM 74/04 (fls. 61 verso).



II) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, remetemos os autos ao **Presidente da FEAM**, sugerindo a aplicação de 01 (uma) penalidade de multa, no valor de **R\$ 7.449,76**, nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "b" (infração grave, empreendimento de médio porte), c/c com o artigo 2º, § 1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2006.


Letícia Gentilini França
Consultora Jurídica
Bacharel em Direito


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador-Chefe da FEAM


Denise Bernardes Couto
CONSULTORA JURÍDICA
OAB - MG 87973

05/02/07